

O ENSINO DE SEGUNDO GRAU NOTURNO: OU DE COMO IGNORAR AS NECESSIDADES DO ALUNO TRABALHADOR

Maria Amélia Sabbag Zainko
Maria Lúcia Accioly Teixeira Pinto
Maria Odette de Pauli Bettega*

No momento em que discussões se processam em todos os estados tendo em vista a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes Bases da Educação, em decorrência da nova Carta Magna de 5 de outubro de 1988, o leitor dessas páginas deparar-se-á com uma das questões mais polêmicas que têm permanecido no debate nacional dos últimos anos: o ensino de segundo grau.

Dentre o pouco que se tem avançado na compreensão do significado social e na busca da identidade deste grau de ensino, a pesquisa realizada em municípios da região metropolitana de Curitiba (RMC)¹, visando apreender as diferentes concepções manifestadas por professores e alunos, insere-se no esforço de análise do processo de expansão e dos eventuais obstáculos que persistem e que impedem a efetiva democratização desse grau de ensino, enfocada tanto nos aspectos de acesso e permanência, quanto da distribuição desigual do saber.

Assim, a questão da democratização do ensino de segundo grau ganha contornos mais nítidos e difíceis de serem enfrentados quando se reporta à questão do ensino noturno que, no Paraná, e em especial na RMC onde se desenvolveu a pesquisa, caracteriza-se como predominantemente estadual e noturno.

* Professoras do Departamento de Planejamento e Administração Escolar do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.
Pesquisa integrante do Projeto financiado pelo INEP, em nível nacional — "O ensino de 2º grau: Caracterização e Perspectivas".

Esta predominância está delimitada pelos 14% de atendimento em relação à clientela potencial (faixa etária de 15 a 19 anos) e pelo fato do percentual de 88% da oferta da RMC ser de responsabilidade da esfera pública estadual, dos quais 60% no noturno.

As características da oferta de segundo grau na RMC - predominantemente estadual e noturna não são específicas dessa região, mas gerais no estado.

A oferta noturna particular, contudo, constitui-se em uma especificidade da RMC, possivelmente decorrente do fato de ser a clientela, nesta região, em sua maioria, trabalhadora. Por outro lado, a distribuição de renda na RMC ajuda a compreender a reduzida frequência aos cursos particulares diurnos em nível de segundo grau, mostrando que a procura pela escola pública é determinada pelo fato de que a clientela da escola, nos municípios periféricos de Curitiba, se constitui, fundamentalmente, de assalariados de base e seus filhos, cuja renda não permite arcar com os custos da escola particular. A questão da renda inviabiliza, também, a busca de melhores alternativas **no centro**, representado pela capital, uma vez que estes jovens ingressam cedo no mercado de trabalho e procuram os cursos noturnos próximos ao local de trabalho ou de residência. Mesmo para os casos de frequência aos cursos da capital próximos ao local de trabalho, as alternativas possíveis não incluem aqueles reconhecidamente de melhor qualidade. Em função das mesmas limitações, esses jovens dificilmente conseguem ingressar no curso que desejam, geralmente profissionalizante, gratuito e de boa qualidade, visto como forma de acesso a melhores empregos e de custeio dos estudos em nível superior.

Evidencia-se nos dados apresentados no relatório da pesquisa alguns já explorados pela professora Acácia Zeneida Kuenzer em seu artigo **O aluno trabalhador e o ensino profissionalizante publicado na Revista Bimestre**, que o aluno das escolas situadas

na periferia da metrópole é oriundo da classe trabalhadora, tem um baixo nível de renda e desempenha funções predominantemente operacionais que não exigem alta escolaridade. Torna-se clara a forma como o capital incorpora o trabalho familiar, particularmente da mulher e do jovem, como estratégia de extração de taxas mais altas de mais-valia, reprimindo o salário do responsável pela família de modo que só o seu trabalho seja insuficiente para reproduzir a força de trabalho e a própria classe trabalhadora.

Com tão graves problemas no que tange à sua necessidade de subsistir condignamente, ainda assim o aluno trabalhador busca, via processo de escolarização, apropriar-se de um conhecimento que lhe dará condições de aspirar a um melhor lugar na hierarquia do trabalhador coletivo, como se a sua origem de classe não fosse determinante da sua posição na estrutura ocupacional.

O ensino de segundo grau e a Constituição

Nas várias manifestações realizadas pelos educadores com o objetivo de subsidiar os constituintes quanto à garantia de determinados princípios fundamentais para a democratização da educação e da cultura, o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED, reunido em João Pessoa em 1987, apontava dentre os princípios que deveriam integrar a nova Carta Magna:

O ensino será, em todo o território nacional, de boa qualidade e unificado, entendido este como formação básica comum e necessária, diverso no seu modo de ser e na adaptação às peculiaridades locais e nos métodos pedagógicos utilizados, a fim de combater as desigualdades existentes no País e promover a democratização do saber e da cultura. (CONSED, 1987:9)

Em síntese, a preocupação manifesta dos educadores centra-se sobre a questão da democratização do saber devidamente associada ao combate das desigualdades sociais, ou seja, a análise do interior da escola a partir dos condicionantes sociais que determinam a sua forma de ação.

Elaborada e promulgada a nova Constituição, as preocupações incorporadas pelos parlamentares ganharam contornos de lei maior e se explicitaram claramente no artigo 205 que estabelece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Partindo desta configuração ampla e examinando mais detidamente o que estabelece a Constituição, encontra-se no artigo 206, inciso I, *igualdade de condições para o acesso e permanência na escola*, princípio dos mais nobres e aceito formalmente por todos os que procuram formas de transformação do quadro educacional tal como se apresenta hoje e, mais além, o inciso VII do mesmo artigo, adiciona um novo componente: *garantia de padrão de qualidade* como uma fórmula que se constitui inevitavelmente num grande e complexo desafio à imaginação e à criatividade dos educadores.

Tais determinações implicam num esforço concentrado para o enfrentamento e superação dos problemas educacionais vivenciados pela escola brasileira em todos os seus graus e modalidades do ensino.

É, porém, no ensino noturno que se exarcebam sobremaneira os difíceis problemas enfrentados pelas escolas de um modo geral por não se constituir em prioridade, o segundo grau, e em especial o noturno, sobrevive nos espaços ociosos, nem sempre apropriados da escola de primeiro grau.

As questões assumem forma mais gritante quando se analisa o que determina o artigo 208: *o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: inciso VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando*, em confronto com as diferentes realidades dos alunos que necessitam desta escola de segundo grau noturna que aí está.

O ensino de segundo grau noturno na visão dos alunos: a democratização inviabilizada pela ausência de condições de acesso e permanência

Com uma clientela basicamente constituída de alunos trabalhadores ou oriundos da classe trabalhadora, como já se afirmou na introdução deste artigo, a escola de segundo grau da região metropolitana de Curitiba e, por similaridade, a do estado do Paraná, configura-se como sendo uma escola predominantemente mantida pelo poder público estadual, funcionando no período noturno, o que equivale a dizer, na maioria das vezes, ocupando os espaços ociosos da escola de primeiro grau.

Examiná-la como tradicionalmente se faz, de forma fragmentada, estabelecendo formas de compreensão que se esgotam nas questões educacionais como fins em si mesmas, certamente não propiciaria respostas às seguintes indagações: por que o aluno trabalhador, cliente das escolas noturnas fracassa sempre? qual deveria ser a localização de uma escola que efetivamente estivesse comprometida em possibilitar o acesso a esse aluno? que projeto pedagógico deveria apresentar esta escola?

Buscando respostas a tais indagações e tendo presente a necessidade de articulação efetiva entre as variáveis sociais econômicas e pedagógicas, a pesquisa desenvolvida na totalidade das escolas da RMC, após uma compreensão da situação econômica e social da população que habita os municípios que se constituem em periferia da metrópole, procurou penetrar na intimidade de cada escola, ouvindo seus alunos, discutindo com seus professores e dirigentes e analisando o seu projeto pedagógico enquanto **acontecendo**.

Assim, as diferentes explicações efetuadas pelos alunos dão bem a dimensão de como vêem a escola que lhes é ofertada: precária, não só do ponto de vista das condições de funcionamento, como também de uma proposta pedagógica que não estabelece relação com o real.

A reprodução de alguns trechos dos discursos por eles proferidos revela com mais eloquência do que qualquer análise a forma como percebem o ensino de segundo grau noturno (as respostas foram dadas por alunos deste turno) quase como um ensino de segunda categoria: "a maioria dos professores dá aquilo que está no programa e não ligam para mais nada"; "muitos professores não ligam em ensinar realmente, deixando os alunos trabalhar por eles"; "os professores são bitolados nas formas antigas de dar aulas, não dão liberdade aos alunos"; "tem professor que não sabe dar aula, só passar o tempo, não sabe a matéria e falta vontade"; "os professores deveriam ser mais esforçados para passar o conteúdo"; "o método não está bom, deveriam dar mais prática do que teoria"; "o conteúdo é fraco e a metodologia não é das melhores"; "é tudo muito monótono"; "todo o dia a mesma coisa".

No que tange à proposta pedagógica, as manifestações abrangem desde a visão mais simplificada de alterações na grade curricular até a essência do processo de transmissão-assimilação do saber, ou seja, os conteúdos e a metodologia.

Os conteúdos, segundo as afirmações dos alunos, deveriam ser mais interessantes, adequados, críticos, transmitidos de forma mais simples e, principalmente, mais numerosos. Uma crítica sempre presente é que a escola é fraca e os alunos apontam como causa, além da inadequação, a insuficiência dos conteúdos trabalhados.

No aspecto relacionado à metodologia, os alunos colocando-se na condição de professores, ministrariam aulas mais práticas, procurariam desenvolver um ensino mais competente, dariam maiores explicações, ministrariam aulas mais interessantes, utilizariam temas variados e atuais e técnicas mais dinâmicas e variadas que possibilitassem maior participação.

Em relação ao corpo docente, a maioria das manifestações diz respeito à melhoria da sua qualidade, principalmente quanto à competência, à assiduidade, ao interesse e ao envolvimento com a tarefa docente e às relações entre professores e alunos.

A transcrição de alguns trechos ajuda a elucidar melhor a afirmação: "substituiria os professores que faltam muito"; "faria um trabalho de conscientização com os professores"; "faria com que os professores fossem mais rigorosos no ensino do conteúdo".

Tais constatações, associadas ao baixo percentual de atendimento da clientela que demanda à escola de segundo grau, aos elevados índices de evasão e reprovação, mormente na passagem da primeira para a segunda série, à inexistência de orçamento próprio para as escolas que ocupam espaços ociosos das escolas de primeiro grau, evidenciam na prática o alijamento do trabalhador, tanto do processo de democratização do saber, quanto da luta pela democratização das relações sociais onde o saber é produzido.

O ensino de segundo grau noturno na visão dos professores: explicitando as contradições

Diferentemente das manifestações explicitadas pelos anos, os professores, que na sua maioria (93,3%) possuem curso superior completo, fazem parte do quadro de professores efetivos (49,5%) e, portanto, estáveis, lecionam apenas uma disciplina (43,8%), consideram a proposta curricular "como boa e atendendo à realidade da escola e do aluno".

Esta afirmação conflitante tem o seu principal fundamento na forma do professor analisar a prática pedagógica como se dela não fizesse parte.

Assim, na visão dos professores, os alunos se evadem da escola "porque têm necessidade de trabalhar devido aos problemas econômicos que enfrentam", ou "porque são desinteressados" ou, ainda, porque possuem "baixo nível de aprendizagem".

Da mesma maneira, são atribuídas como causas da repetência "base precária do primeiro grau" (42,7% das respostas); "falta de interesse do aluno" (37,1%) e "problemas econômicos" (13,5%).

Uma forma tão singular de compreender os problemas da escola,

analisando-a no seu interior (excluindo-se, porém, deste interior) e enfatizando as condições de carência social e econômicas como o impeditivo maior para o acesso e a permanência do aluno, acaba comodamente atribuindo à vítima a culpa pelo fracasso escolar.

Uma escola pública, noturna, constituída em sua maioria de trabalhadores ou oriundos da classe trabalhadora ignorar que é necessário uma proposta pedagógica que contemple as necessidades da apropriação do saber desse aluno trabalhador é, no mínimo, ignorar que o ser humano possui necessidades vitais, dentre as quais o trabalho.

O ensino de segundo grau noturno: resgatando a essência

O direito do trabalhador à educação, sobretudo do trabalhador que frequenta a escola noturna, coloca-se necessariamente no campo das conquistas. Principalmente porque, como afirma Kuenzer (1988), "a escola é apenas uma parte e não a mais importante no conjunto de relações responsáveis pela produção e distribuição do conhecimento" (Kuenzer, 1988:27).

Apesar de não existir uma correspondência harmônica entre as relações sociais de produção e a distribuição desigual do saber pela escola, na sociedade capitalista, verifica-se a existência de um espaço que permite à escola de segundo grau contribuir para a democratização da educação e da sociedade

Tal democratização passa necessariamente por uma expansão quantitativa calcada em condições objetivas de funcionamento das escolas. Por outro lado, conforme acentua Franco (1988) "o 2.º grau está a exigir a utopia de um salto de qualidade na sua perspectiva histórica. Se nos anos trinta revelou-se a dimensão do ensino técnico industrial, na atualidade é o tema do trabalho que nucleia (para usar uma expressão feliz recuperada por Miriam Warde), a questão do segundo grau" (Franco, 1988:10).

Na verdade, segundo Saviani (1986), "todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é a ba-

se da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho" (Saviani, 1986:14).

Entendido o trabalho como a forma através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, buscando transformá-la e com isto fazendo-se a si próprio e fazendo história, ao mesmo tempo que é feito por ela, há que considerar como sua característica fundamental, que o diferencia do trabalho animal, a possibilidade transformadora. O homem é o único ser a natureza capaz de conceber suas formas de ação, criá-las e orientá-las a partir de um fim determinado.

Esta forma de conceber o trabalho implica em caracterizá-lo como atividade teórico-prática, reflexiva e ativa que, continuamente no processo de construção e reconstrução do homem e da sociedade, modifica a natureza introduzindo nela o significado social.

Partindo do pressuposto de que todo trabalho é intelectual e manual, toda e qualquer forma de educação é sempre educação para o trabalho, ou seja, interfere de algum modo nas formas de interação do homem com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo.

Dissolve-se desta forma a clássica dicotomia entre saber **humanista e profissional**.

Este modo de abordar a questão, contudo, não resolve o problema da especificidade do papel do segundo grau na relação educação/trabalho. Persiste a necessidade de fazer um recorte do saber considerado universalmente legítimo, tendo em vista sua distribuição por este grau de ensino, ou seja, persiste a questão do conteúdo que compete à escola de segundo grau.

É ainda Saviani (1986) quem fornece os elementos essenciais para refletir sobre esta questão. No seu modo de entender, "o ensino de segundo grau deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre como o saber se articula com o processo produtivo. É importante que esse ensino seja organizado envolvendo a atividade prática, o trabalho manual, mais o trabalho e o conhecimento sobre os modos fundamentais por meio dos quais se desenvolve o processo produtivo na sociedade moderna. Captados esses modos fundamentais, o ensino deveria organizar-se de modo a garantir, para o conjunto dos alunos, a explicitação da relação entre o saber e o processo produtivo, entre ciência e produção". E, mais adiante:

"O horizonte que deveria nortear nossas reflexões sobre o segundo grau seria o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos Politecnia significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna". (Saviani, 1986:14-15).

Sabe-se, entretanto, e o próprio autor admite isto, que esta é uma proposta a ser viabilizada a longo prazo, o que não impede que se busque formas de superação da educação do trabalhador que "na sociedade brasileira, além de marcada por uma distribuição desigual do saber, constitui-se em um imenso espaço vazio que não tem sido assumido pelo sistema de ensino pela reduzida clareza acerca das formas de articulação com o mundo do trabalho, bem como pelas contradições que lhe são inerentes" (Kuenzer, 1987:17).

Concebido, como já se afirmou, como "atividade teórico/prática responsável pela transformação da ordem natural em ordem social, enquanto expressão da unidade entre cultura geral e vida produtiva". (Kuenzer, 1988:124), o trabalho ganha a dimensão de um novo princípio educativo que deverá se constituir em norte para toda a escola de segundo grau em geral e para a escola de segundo grau noturna em particular.

Como decorrência deste novo princípio educativo, segundo Kuenzer, a nova escola de segundo grau, que se impõe como forma de atendimento às necessidades dos cidadãos e em especial daqueles que freqüentam as escolas noturnas, **apresentará estrutura única** não admitindo mais a dualidade estrutural que separa a escola da cultura da escola do trabalho; **terá a politecnia como conteúdo**, enquanto propicia o resgate da relação entre conhecimento, produção e relações sociais; **adotará a dialética como método**, reunificando teoria e prática, saber e processo produtivo, ciência e produção, cultura e técnica, atividade intelectual e atividade manual; **adotará a gestão democrática**, enquanto síntese superadora do dogmatismo e do espontaneísmo, substituindo a ação autoritária pelo trabalho coletivo, e finalmente **será dotada de condições físicas adequadas**, modernas e atualizadas.

Evidentemente, uma escola concebida com tais atributos, para ser viabilizada, necessita de uma ampla discussão que, extrapolando os limites intramuros onde deverão estar envolvidos professores, dirigentes e alunos, perpassa as diferentes formas de organização da sociedade e, em especial, as instituições de ensino, conclamando os educadores não apenas "para reformas pedagógico-didático-administrativas, mas também e, principalmente, para uma atuação político-profissional" (Franco, 1988:13).

Sem a ousadia de uma proposta pedagógica arrojada e sem as condições objetivas de enfrentamento das questões, configurando uma **utopia do possível**, jamais haverá lei de educação que possibilite o vislumbre de reversão do quadro geral de ignorância das necessidades dos alunos-trabalhadores.

Bibliografia

BRASIL **Constituição da República Federativa**. Rio de Janeiro, Gráfica JB, 1988.

BRAVERMAN, Marry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

CARVALHO, Célia P. **Ensino noturno, realidade e ilusão**. São Paulo, Cortez, 1984.

CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação. **Princípios educacionais para a nova Constituição**. João Pessoa, Secretaria de Educação da Paraíba, 1987.

FRANCO, Luis A.C. **A escola do trabalho e o trabalho da escola**. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1987. (Coleção Polêmicas de nosso tempo, 22).

FRANCO, Maria Aparecida C. **A utopia de uma escola de 2º grau centrada no processo de trabalho**, s.n.t. mimeo. Apresentado na XI Reunião Anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Porto Alegre, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**. São Paulo, Cortez, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica; as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo, Cortez, 1985.

_____. **Educação e trabalho no Brasil; o estado da questão**. Brasília, REDUC/INEP, 1987.

_____. **Ensino de 2º grau; o trabalho como princípio educativo**. São Paulo, Cortez, 1988.

_____. **O trabalho como princípio educativo. Cadernos de Pesquisa**. São Paulo (68): 21-8, fev. 1989.

MACHADO, Lucília. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo, Cortez, 1989.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. livro 1.

MELLO, Guiomar N. de. **Educação e transição democrática**. São Paulo, Cortez, 1985.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

SALGADO, Maria V.C. Educação e transição democrática política para o ensino de 2º grau. In: MELLO, Guiomar N. **Educação e transição democrática**. São Paulo, Cortez, 1985.

SAVIANI, Dermeval. O nó do ensino de 2º grau; entrevista. **Revista Bimestre**, São Paulo, 1(1): out. 1986.

SNYDERS, George. **Escola, classe e luta de classes**. Lisboa, Moraes, 1977.